

Sumário

1ª Parte – ICMS

Capítulo I – Emenda Constitucional nº 87/2015: análise dos efeitos da tributação do ICMS no destino e repercussão na arrecadação do Distrito Federal	3
Introdução	4
1. Aspectos Gerais do ICMS	5
1.1. Origem e evolução do ICMS.....	6
1.2. Principais características do ICMS	8
1.3. Base legal do ICMS	9
1.4. Elementos essenciais do ICMS	10
1.4.1. Aspecto material.....	10
1.4.2. Aspecto temporal	12
1.4.3. Aspecto dimensional ou quantitativo	13
1.4.4. Aspecto pessoal	13
1.4.5. Aspecto espacial	15
2. Tributação sobre o consumo no Brasil	15
2.1. Princípios constitucionais que regem a tributação sobre o consumo no Brasil.....	18
2.1.1. Da não cumulatividade	18
2.1.2. Da capacidade contributiva	19
2.1.3. Da seletividade.....	20
2.2. Princípio jurisdicional de tributação exclusiva no Estado destino	21

3. Apresentação e análise da Emenda Constitucional nº 87/2015	22
3.1. Protocolo ICMS/2011, de autoria do Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ – disciplinava a cobrança e a repartição das receitas tributárias decorrentes das operações interestaduais adquiridas por consumidor final pelo comércio eletrônico.....	24
3.2. Das atualizações normativas advindas com a EC nº 87/2015	26
4. Análise da arrecadação de ICMS Distrito Federal após a edição da EC nº 87/2015	29
4.1. Análise da arrecadação do ICMS no ano de 2016	31
4.2. Análise da arrecadação do ICMS no ano de 2017	33
4.3. Análise da arrecadação do ICMS no ano de 2018	35
4.4. Análise da arrecadação do ICMS no ano de 2019	36
Conclusão	39
Referências bibliográficas	40
Capítulo II- ICMS sobre serviços de comunicação: aspectos gerais e análise de julgados do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais – TARF/DF	
43	
Introdução	43
1. Aspectos gerais do ICMS.....	44
1.1. Incidência e não incidência.....	44
1.1.1. Incidência.....	44
1.1.2. Não incidência	45
1.2. Base de cálculo	47
1.3. Sujeição passiva	48
2. Serviço de comunicação	50
2.1. Características gerais.....	50
2.2. Serviços de telecomunicação	52
2.3. Casos de incidência e não incidência	52

3. Análise de julgados do TARP	54
Conclusão	65
Referências bibliográficas.....	67
Capítulo III – Substituição tributária do ICMS:	
Uma análise a partir da legislação e da jurisprudência	69
Considerações iniciais	69
1. ICMS: Aspectos gerais	70
2. Histórico do ICMS	71
3. Fato gerador.....	73
4. Substituição tributária do ICMS	75
4.1. Inconstitucionalidade da substituição tributária progressiva.....	78
5. Mercadorias sujeitas ao regime da substituição tributária do ICMS no Distrito Federal.....	81
6. O futuro da substituição tributária do ICMS.....	82
7. Jurisprudências dos tribunais superiores sobre a substituição tributária do ICMS - análise e repercussão da decisão do STF: RE 593.849 – MG	84
Conclusão	87
Referências bibliográficas.....	88

2^a Parte – ISS

Capítulo IV – ISS - Imposto Sobre Serviços: aspectos gerais e a experiência da substituição tributária no Distrito Federal	93
Introdução	93
1. Aspectos gerais do ISS	94
1.1. Hipóteses de incidência e de não incidência	95
1.1.1. Incidência.....	95
1.1.2. Não incidência	96

1.2. Sujeição passiva.....	98
1.2.1. Contribuinte.....	98
1.2.2. Responsável	98
1.3. Base de cálculo	99
1.4. Local da prestação do serviço.....	101
2. Substituição tributária do ISS – características gerais.....	104
3. Substituição tributária do ISS – a experiência do Distrito Federal.....	105
3.1. Substitutos tributários do ISS (ISS-ST) no DF.....	109
3.2. Monitoramento e a repercussão da substituição tributária do ISS na arrecadação do DF.....	111
Conclusão	113
Referências bibliográficas	114
 Capítulo V – Local da prestação do serviço para efeito de exigência do ISS: análise da LC 116/2003 à luz da legislação, da doutrina e da jurisprudência	115
Introdução	115
1. Aspectos gerais do ISS	116
1.1. ISS na Constituição.....	117
1.2. Hipóteses de incidência	118
1.3. Hipóteses de não incidência	119
1.4. Sujeição passiva: contribuinte e responsável.....	121
1.5. Base de cálculo e alíquota	123
2. Análise do local da prestação do serviço para efeito de exigência do ISS à luz da doutrina e da jurisprudência.....	124
3. Tratamento do local da prestação do serviço no Distrito Federal e em dois Municípios brasileiros	131
Conclusão	134
Referências bibliográficas	134

Capítulo VI – Como se dá a tributação das novas tecnologias: ISS ou ICMS?...137
Introdução137
1. Tributação à luz da Constituição Federal e das Leis Complementares139
1.1. Constituição Federal.....139
1.2. Lei Complementar nº 116/2003 – ISS.....140
1.2.1. Aspecto material do ISS.....143
1.2.2. Aspecto temporal do ISS.....144
1.2.3. Aspecto espacial do ISS.....144
1.2.4. Aspecto pessoal do ISS145
1.2.5. Aspecto quantitativo do ISS145
1.3. Lei Complementar nº 87/1996 – ICMS.....146
1.3.1. Aspecto material.....147
1.3.2. Aspecto temporal147
1.3.3. Aspecto quantitativo.....148
1.3.4. Aspecto pessoal148
1.3.5. Aspecto espacial149
2. Tributação das novas tecnologias150
2.1. Incidência do ISS sobre as novas tecnologias.....151
2.1.1. Uber152
2.1.2. Netflix154
2.1.3. Airbnb158
2.2. Incidência do ICMS sobre as novas tecnologias.....161
2.2.1. Software de prateleira161
2.2.2. E-Commerce161
3. Aspectos da tributação das novas tecnologias: burocratização, guerra fiscal e planejamento tributário163
Conclusão166
Referências bibliográficas.....167

3ª Parte – Imposto de Renda

Capítulo VII – Análise da retenção na fonte do Imposto de Renda pelos Estados, Municípios e Distrito Federal prevista na Constituição Federal à luz da decisão do TRF4	173
Introdução	173
1. Aspectos gerais do Imposto de Renda.....	174
1.1. Incidência e não incidência	175
1.2. Formas de obtenção da base de cálculo do IR.....	175
1.3. Alíquotas	176
1.4. Lucro Presumido	177
1.5. Lucro Real.....	178
1.6. Lucro arbitrado	178
2. A retenção do IR na fonte pelos Estados, Municípios e Distrito Federal à luz dos artigos 157 e 158 da Constituição Federal.....	179
2.1. Análise do conflito de entendimento da Receita Federal e o dos Municípios e o Distrito Federal acerca da destinação da receita do IR retido na fonte	180
2.2. A posição do Distrito Federal quanto à retenção do IR na fonte na prestação de serviços e fornecimento de bens com base na decisão do TRF4	182
3. Análise da decisão do TRF4 quanto à arrecadação do IR retido na fonte pelos Municípios e pelo Distrito Federal	184
Conclusão	186
Referências bibliográficas	187

4^a Parte – Regimes Tributários Especiais e Planejamento Tributário

Capítulo VIII – Regimes tributários: análise comparativa entre Lucro Real, Lucro Presumido e Simples Nacional.	191
Introdução	191
1. Conceito de regime tributário	192
1.1. Tipos de regimes tributários.....	192
1.2. Simples Nacional	192
1.3. Lucro Presumido.....	195
1.4. Lucro Real.....	197
2. Principais tributos incidentes em cada regime	198
2.1. Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	199
2.1.1. Base de cálculo IRPJ e CSLL	200
2.1.2. Adições e exclusões no cálculo do IRPJ e da CSLL	200
2.2. Programa de Integração Social (PIS), Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP) e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	203
2.2.1. Regime não cumulativo.....	204
2.2.2. Alíquotas, base de cálculo e isenções	205
2.2.3. Regime cumulativo.....	207
2.2.4. Alíquotas, base de cálculo e isenções	208
2.3. Simples Nacional	209
2.3.1. Alíquotas e base de cálculo	209
3. Quantidade de empresas e arrecadação por regime de tributação	210
4. Demonstrativo de um estudo de caso com base no faturamento	212
Conclusão	217
Referências bibliográficas.....	218

Capítulo IX – A importância do planejamento tributário nas empresas	219
Introdução	219
1. Planejamento tributário – conceito	220
2. Evasão fiscal e elisão fiscal	221
2.1. O que é evasão fiscal.....	222
2.2. O que é elisão fiscal	223
3. Iniciando um planejamento tributário	227
3.1. Simples Nacional.....	228
3.2. Lucro Presumido	231
3.3. Lucro Real	233
4. Estudo de caso	235
4.1. Simulações.....	237
Conclusão	240
Referências bibliográficas	241